

Paula Amorim

Advogada

Largo Antunes Lima, n.º 1, 1.º Andar, Sala 3

4730 - 450 Vila de Prado VVD

e-mail: paulaamorim-11388p@adv.aa.pt

Telm: 917335173/ fax: 253926530

**Contrato para execução dos trabalhos da empreitada de “COLOCAÇÃO DE DEFENSAS NA PONTE-CAIS 3, NO PORTO DE SESIMBRA” entre a APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., e a sociedade SÁ MACHADO, Lda.**

**Entre:**


**PRIMEIRO OUTORGANTE**

**APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.**, abreviadamente designada por APSS, S.A., doravante também designada por Dono da Obra, com sede social na Praça da República, Código Postal 2904-508 Setúbal, União de freguesias de Setúbal, concelho e distrito de Setúbal, com o número único de pessoa coletiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal 502 256 869 (quinhentos e dois milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e sessenta e nove), representada pela Senhora Doutora Maria Lúcia Ferreira Sequeira e o Senhor Engenheiro Carlos Alberto do Maio Correia, na qualidade, respetivamente, de Presidente e de Vogal do Conselho de Administração da APSS, S.A., outorgando nos termos da alínea a) do número um do artigo décimo segundo dos Estatutos da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., aprovados pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e oito, barra, noventa e oito, de três de novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, barra, dois mil e um, de vinte e quatro de dezembro e Decreto-Lei número quarenta e seis, barra dois mil e dois, de vinte e quatro de março, e Decreto-Lei número quinze barra dois mil e dezasseis, de nove de março, e,-----

**SEGUNDO OUTORGANTE**

**SÁ MACHADO, Lda.**, doravante designado por Empreiteiro, com sede na Avenida da Liberdade, número quatrocentos e trinta e quatro, terceiro andar, sala um, 4710-249 Braga, concelho e distrito de Braga, com o número de pessoa coletiva 514 316 403 (quinhentos e catorze milhões, trezentos e dezasseis mil, quatrocentos e três), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o mesmo número, representada pelo Senhor Sérgio António Fernandes de Sá Machado, na qualidade de Gerente da referida sociedade, com poderes para outorgar o presente contrato para a execução dos trabalhos da empreitada de **“COLOCAÇÃO DE DEFENSAS NA PONTE-CAIS 3, NO PORTO DE SESIMBRA”**, conforme resulta da certidão de registo comercial, pessoa cuja identidade foi reconhecida pela exibição do respetivo Cartão de Cidadão.



  
Paula Amorim  
Advogada

Largo Antunes Lima, n.º 1, 1.º Andar, Sala 3  
4730 - 450 Vila de Prado VVD  
e-mail: paulaamorim-11388p@adv.oa.pt  
Telm: 917335173/ fax: 253926530

É, na sequência do procedimento sob a forma de concurso público autorizado pela deliberação do Conselho de Administração da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., número quatrocentos e sessenta e cinco, barra, dois mil e dezoito, CA, de seis de dezembro de dois mil e dezoito, e adjudicada à referida sociedade pela deliberação do Conselho de Administração da APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., número sessenta e sete, barra, dois mil e dezanove, CA, de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezanove, e minuta do respetivo contrato aprovada através da mesma deliberação, celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas e condições seguintes:-----

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a execução dos trabalhos que constituem a empreitada de **“COLOCAÇÃO DE DEFENSAS NA PONTE-CAIS 3, NO PORTO DE SESIMBRA”** a executar em conformidade com o Caderno de Encargos e a Proposta Adjudicada que fazem parte integrante do presente contrato e aqui se dão por inteiramente reproduzidos.-----

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### PRAZO DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

2.1. O Empreiteiro obriga-se a:-----

- a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o Dono da Obra comunique ao Empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado;--
- b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;--
- c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo de **180 dias** (cento e oitenta dias) a contar da data da sua consignação ou da data em que o Dono da Obra comunique ao Empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior.-----

  
PP

  
Paula Amorim  
Advogada

Largo Antunes Lima, n.º 1. 1.º Andar, Sala 3  
4730 - 450 Vila de Prado VVD  
e-mail: paulaamorim-11388p@adv.ao.pt  
Telm: 917335173/ fax: 253926530

2.2. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao Empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.-----

2.3. Quando o Empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, pode o Dono da Obra exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.-----

2.4. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao Empreiteiro.-----

2.5. Se houver lugar à execução de trabalhos a mais cuja execução prejudique o normal desenvolvimento do plano de trabalhos e desde que o Empreiteiro o requeira, o prazo para a conclusão da obra será prorrogado nos seguintes termos:-----

a) Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis o preço contratual e os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalho para essa espécie de trabalhos;-----

b) Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o Empreiteiro apresentar uma proposta de preço e de prazo de execução.-----

2.6. Na falta de acordo quanto ao cálculo da prorrogação do prazo e preço contratuais previstos na alínea b) do número anterior, proceder-se-á de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 373.º do CCP.-----

2.7. Sempre que ocorra suspensão dos trabalhos não imputável ao Empreiteiro, considerar-se-ão automaticamente prorrogados, por período igual ao da suspensão, o prazo global de execução da obra e os prazos parciais que, previstos no plano de trabalhos em vigor, sejam afetados por essa suspensão.---


2.8. Na contagem dos prazos de execução da empreitada consideram-se incluídos todos os dias, incluindo sábados, domingos e feriados.-----

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E GESTOR DO CONTRATO

3.1. O Dono da Obra terá sempre o direito de fazer o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos que considere conveniente podendo, para o efeito, solicitar todas as informações que considere necessárias e convenientes.-----



  
Paula Amorim  
Advogada

Largo Antunes Lima, n.º 1, 1.º Andar, Sala 3  
4730 - 450 Vila de Prado VVD  
e-mail: paulaamorim-11388p@adv.oa.pt  
Telm: 917335173/ fax: 253926530

- 3.2. O Dono da Obra entregará ao Empreiteiro toda a documentação devidamente autenticada de que disponha que se revele de comprovada utilidade para os trabalhos a realizar, nomeadamente planos, perfis, traçados e cotas de referência, não podendo nenhum elemento da obra iniciar-se sem tal entrega.-
- 3.3. A gestão do contrato cabe ao Engenheiro Ernesto Santos Gião Carneiro, Diretor da Direção de Equipamento, Infraestruturas e Ambiente da Entidade Adjudicante.-----

#### CLÁUSULA QUARTA

##### PREÇO E MODO DE PAGAMENTO

- 4.1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do presente contrato, o Dono da Obra pagará ao Empreiteiro o preço contratual de **EUR 214.850,00** (duzentos e catorze mil, oitocentos e cinquenta euros), ao qual acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.-----
- 4.2. Os pagamentos a efetuar pelo Dono da Obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado através da liquidação nos termos previstos no artigo 392.º do CCP.-----
- 4.3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a apresentação da respetiva fatura, que só será aceite após aprovação do auto de medição mensal por parte do Dono da Obra.-----
- 4.4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções que sejam fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.-----
- 4.5. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à efetiva realização daqueles.-----
- 4.6. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o Empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao Empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.-----
- 4.7. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no ponto 4.3. do presente contrato no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.-----

  
PP 

4.8. O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.-----

## CLÁUSULA QUINTA

### DESCONTOS NOS PAGAMENTOS

5.1. Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o Empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 5 % (cinco por cento) desse pagamento.-----

5.2. O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.-----

## CLÁUSULA SEXTA

### CAUÇÃO

O Empreiteiro prestou uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do IVA, ou seja, **EUR 10.742,50 (dez mil, setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos)**, nos termos estabelecidos no Código dos Contratos Públicos, para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as suas obrigações legais e contratuais que assume com a celebração do presente contrato.-----

## CLÁUSULA SÉTIMA

### CONTRATOS DE SEGURO

7.1. O Empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do contrato, as apólices de seguro previstas neste contrato e na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio, na data da consignação.-----

7.2. O Empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações relativas aos seguros previstos no presente contrato, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.-----

7.3. O Dono da Obra pode exigir, em qualquer momento, cópias das apólices e dos recibos de pagamento dos prémios dos seguros previstos no presente contrato ou na legislação aplicável, não sendo admitida



a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição destes documentos.-----

7.4. Todas as apólices de seguro e respetivas franquias nelas previstas constituem encargo único e exclusivo do Empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.-----

7.5. Os seguros previstos no presente contrato em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do Empreiteiro.-----

7.6. Em caso de incumprimento por parte do Empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros, o Dono da Obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e ou que tenha suportado.-----

7.7. O Empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro válidas até à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares que em cada momento estejam afetos à obra ou ao estaleiro, até à data em que deixem de o estar.-----

## CLÁUSULA OITAVA

### OBJETO DOS CONTRATOS DE SEGURO

8.1. O Empreiteiro obriga-se a celebrar um seguro de danos à obra, em nome conjunto com o Dono da Obra, no montante do preço contratual, contra quaisquer e todos os danos que não sejam devidos a caso de força maior, incluindo remoção de escombros.-----

8.2. O Empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil de natureza extracontratual, em montante nunca inferior ao valor contratual, relativo a danos causados a terceiros, incluindo o pessoal da Fiscalização, de fornecedores e do Dono da Obra.-----

8.3. Qualquer franquia incluída no contrato de seguro referido no ponto 8.1. será de inteira responsabilidade do Empreiteiro, não podendo o seu montante ultrapassar o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do seguro.-----

8.4. O Empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.-----

8.5. O Empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel

(riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.-----

8.6. O Empreiteiro obriga-se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.-----

8.7. No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.-----

8.8. O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no ponto 8.5. desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.-----

## CLÁUSULA NONA REVISÃO DE PREÇOS

9.1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula.-----

9.2. As revisões de preço, se tal houver lugar, serão feitas de acordo com o plano de pagamentos aprovado, nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e segundo à seguinte fórmula:-----

$$C_t = 0,30 \times \frac{S_t}{S_0} + 0,30 \times \frac{M_{15}}{M'_{15}} + 0,30 \times \frac{M_{22}}{M'_{22}} + d$$

em que:-----

C<sub>t</sub> - Coeficiente de atualização mensal a aplicar ao montante sujeito a revisão, obtido com a aproximação de seis casas decimais. Só há lugar a revisão de preços quando a variação para mais ou para menos do Coeficiente de atualização mensal (C<sub>t</sub>) for igual ou superior a 1% em relação à unidade;-----

S<sub>t</sub> - Índice referente a mão-de-obra do mês da revisão;-----

S<sub>0</sub> - Índice referente a mão-de-obra do mês anterior à proposta;-----

M<sub>15</sub> - Índice referente a chapa de aço galvanizada do mês da revisão;-----

M'<sub>15</sub> - Índice referente a chapa de aço galvanizada do mês anterior à proposta;-----

M<sub>22</sub> - Índice referente a gasóleo do mês da revisão;-----



M<sup>22</sup> - Índice referente a gasóleo do mês anterior à proposta;-----

d - É a parcela que representa a parte não revisível da empreitada com aproximação às centésimas, tais como encargos gerais, juros e amortização de equipamento e meios auxiliares e valor dos materiais não significativos e que neste caso se considere igual a 0,10.-----

9.3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

## CLÁUSULA DÉCIMA

### PENALIDADES

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Dono da Obra pode exigir do Empreiteiro o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

1. Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, o Dono da Obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 2 ‰ (dois por mil) do preço total do contrato.-----

2. No caso de incumprimento de prazos parciais vinculativos de execução da obra por facto imputável ao Empreiteiro, é aplicável o disposto no ponto 1., sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.-----

3. O Empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do contrato.-----

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

### PRAZO DE GARANTIA

11.1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:-----

a) 10 Anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais;-----

b) 5 Anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações;---

c) 2 Anos, para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.---

11.2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo Dono da Obra, desde que suscetível de uso independente autonomizáveis.-----



11.3. Excetuam-se do disposto no n.º 11.1. as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.-----

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

### **SUBCONTRATAÇÃO**

O Empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas nos documentos de habilitação, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes do n.º 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.-----

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

### **INTERPRETAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

13.1. Em caso de divergência entre os documentos referidos na cláusula primeira, a prevalência é determinada pela seguinte ordem como previsto no Caderno de Encargos: Caderno de Encargos, Proposta Adjudicada, clausulado do contrato.-----

13.2. Para os conflitos emergentes da celebração, execução, validade ou extinção do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada.-----

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

### **COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

14.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.-----

14.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.-----

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

### **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO**

Tudo o que não estiver expressamente previsto neste contrato e seus anexos será regulado pela legislação aplicável, nomeadamente pelo Código dos Contratos Públicos na sua atual redação.-----

*Paula Amorim*  
Paula Amorim  
Advogada

Largo Antunes Lima, n.º 1, 1.º Andar, Sala 3  
4730 - 450 Vila de Prado VVD  
e-mail: paulaamorim-11388p@adv.oa.pt  
Telm: 917335173/ fax: 253926530

Pelo Empreiteiro foi declarado que aceita o presente contrato com todas as suas condições, de que tem inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obriga com renúncia expressa de quaisquer direitos em contrário.-----

Foi facultado o acesso à certidão permanente de registo comercial do Empreiteiro.-----

Foram presentes e ficaram arquivados os seguintes documentos:-----

- O Caderno de Encargos;-----
- A Proposta Adjudicada;-----
- Declaração emitida segundo o Anexo II do Código dos Contratos Públicos;-----
- Certidão comprovativa de que o Empreiteiro tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;-----
- Certidão comprovativa de que o Empreiteiro tem a sua situação contributiva regularizada perante a Fazenda Nacional;-----
- Certificados de registo criminal do Empreiteiro e dos seus Gerentes;-----
- Alvará de Construção n.º 85972-PUB;-----
- Documento comprovativo da prestação da Caução;-----

-----  
O presente termo de contrato está escrito em 10 (dez) páginas, feito em dois exemplares, sendo cada um para cada um dos outorgantes atrás mencionados, sendo todas as páginas rubricadas pelos referidos outorgantes, à exceção da última, por conter as assinaturas.-----

-----  
Setúbal, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove.-----  
-----

*Isabel Queiroz*

*APSS*

APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

*SÁ MACHADO*  
SÁ MACHADO, Lda.